

A SOCIEDADE CIVIL DO NEOLIBERALISMO: AS ONG'S E A POLÍTICA DAS EMPRESAS. Cássia Perego dos Santos, Marcos Tadeu Del Roio. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Ciências Sociais, 2006.

Segundo Gramsci (2000), a sociedade civil-burguesa brota do processo produtivo tendo a sua sociabilidade definida por meio da divisão social do trabalho, pelas relações sociais de produção, no embate entre os interesses antagônicos das classes, no conflito entre o proletariado e a burguesia, na contradição capital X trabalho, dentro da fábrica. Estando dividida em classes sociais antagônicas que geram organizações e instituições próprias, ainda que dentro do Estado burguês, a sociedade civil apresenta uma superestrutura formada, por exemplo, por sindicatos, cooperativas e os meios de comunicação.

Acima dessa superestrutura está o Estado, que se caracteriza enquanto instrumento de poder e dominação de uma classe específica, a classe burguesa. De acordo com Gramsci, o Estado também faz parte da sociedade civil, pois, partindo do método de interpretação da realidade concreta que considera o todo, o Estado pode ser encontrado em todas as partes da sociedade, seja nas universidades, na fábrica, nos sindicatos, nas comunidades, etc. Além disso, mesmo o Estado tendo formalmente a função de zelar pelo bem-estar de toda a sociedade sem fazer distinção entre as classes ou frações de classe e responder as necessidades da demanda de forma neutra, ele reproduz a ideologia da burguesia e representa prioritariamente seus interesses.

E onde estariam as ONG's e as empresas na sociedade civil? No que concerne as ONG's, estas surgem enquanto superestrutura da sociedade civil, como representação das classes subalternas, do proletariado, vindo a se tornar mais tarde, em meio aos anos 1990, uma extensão do poder de coerção e de repressão do Estado. Quanto às empresas, estas também fazem parte da sociedade civil, pois dentro delas há poder, há política, há repressão, há a representação de uma classe, a burguesa.

Dominada e organizada pelo capital e pela burguesia a sociedade civil apresenta na sua superestrutura um tripé de correlação de interesses entre ONG, empresa e Estado. Essa correlação de interesses, na qual se destaca a figura da empresa (leia-se burguesia) exercendo poder/autoridade sobre a atuação das ONG's e do Estado, tem impacto profundo sobre a estrutura da sociedade civil onde estão presentes os indivíduos organizados e divididos em classes sociais.

Representante emérito dos interesses da burguesia, a empresa preceitua a atuação do Estado de modo que este opere políticas que preconizam a fragmentação, desorganização e, conseqüentemente, a neutralização do impacto da luta do proletariado, sendo que a partir da década de 1990 as instituições empresariais incorporam termos como “responsabilidade social”, “empresa cidadã” e “ética empresarial” aos seus discursos e passam a estabelecer relações com as ONG's de modo a fazer delas também um veículo de aplicação das políticas neoliberais e de introdução da ideologia dominante no âmago da sociedade civil (COITINHO, 2004).

Usando a roupagem de “empresa cidadã” as empresas conseguem aprisionar as ONG's a lógica do capital atuando taticamente, por exemplo, no seu trabalho de *frudaising*. Através de “gordas” contribuições para com os trabalhos sociais realizados pelas ONG's as empresas conseguem não só manter sob controle o trabalho das organizações, como também à movimentação das classes subalternas.

Considerando que as ONG's são financiadas por órgãos estrangeiros para trabalharem com os governos nacionais ou que são financiadas, em sua grande maioria, pelo próprio governo nacional e pelo mercado empresarial é legítimo afirmar que o seu trabalho encontra-se, então, comprometido, atrelado à lógica do capital, uma vez que seus principais financiadores são representantes diretos dos interesses da classe dominante. Estado e empresas financiam as atividades das ONG's a fim de que estas promovam a “coesão social” entre as classes e sejam o ator central na prática de coerção da massa potencialmente desordeira através do boicote sutil as formas de organização do proletariado.

Pode-se dizer, dessa forma, que a captação de recursos no terceiro setor pode se caracterizar como mais um fator que leva a perda, ou acelera o processo de perda de identidade, perda de rumo e descaracterização do trabalho das ONG's enquanto forma de luta das classes subalternas. Através da atividade de *fundraising* as ONG's se tornam atraentes para o mercado empresarial enquanto forma de valorização do capital por meio de investimentos de curto, médio e longo prazo, o que faz com que o trabalho das ONG's seja cada vez mais requisitado e estimulado pelo mercado.

Cria-se uma nova área de negócios, um novo nicho no mercado a se investir, o do “marketing social” (ARANTES, 2004), pois seria ingenuidade acreditar que as empresas doam parte do seu lucro a iniciativas sociais sem esperar nenhum retorno em troca, como facilidades legais, isenções fiscais,

aumento das vendas e aumento dos lucros, crédito fácil, recursos financeiros, materiais e humanos concedidos pelo aparelho estatal. “Fundações como o GIFE, o Eco, a Fundação ABRINQ e o Ethos [por exemplo], relacionam a melhoria da imagem da empresa como fator importante para a valorização concorrencial de seus produtos (COITINHO, 2004: 141)”, sendo que essa política de responsabilidade social pregada pelas empresas traz benefícios não só a empresa doadora mas também ao Estado, que além de transferir parte de suas obrigações as ONG’s, tem também o seu orçamento elevado devido o aumento do pagamento de impostos por meio de subvenções.

Ao incorporarem aos seus discursos termos como “responsabilidade social”, “ética empresarial” e “empresa cidadã” as empresas visam fazer marketing social e com isso trabalhar na manutenção do poderio da burguesia via implantação do programa de políticas neoliberais. Tendo conhecimento de que os cidadãos (cada vez mais exigentes e conscientes dos danos éticos, como emprego da mão-de-obra infantil, e/ou ambientais causados pelas empresas) optam na hora da compra pelo produto daquela empresa que pratica políticas de responsabilidade social (assim como indica a pesquisa *Responsabilidade social das empresas: percepção do consumidor brasileiro*, 2004, objeto de análise de nosso estudo), as empresas procuram financiar projetos sociais a fim de fazer diferença no mercado e garantir uma boa imagem e um bom percentual de lucro.

O que nos remete a conclusão de que o que menos buscam as empresas com suas políticas de responsabilidade social é o bem-estar social das classes menos favorecidas. Ao se esquecerem de incorporar na prática aquilo que pregam em seus discursos meramente retóricos o que as empresas praticam de fato é desresponsabilidade social, usando as ONG’s como veículo na formação e/ou manipulação da subjetividade humana em prol da produção e reprodução do status quo vigente.

É preciso considerar também o papel do Estado na desestruturação do operariado. Coagido pelo mercado empresarial o poder público preconiza reformas políticas e econômicas que visam retirar todas aquelas conquistas trabalhistas (constitutivas de direito) que ele nunca quis conceder, mas teve que aceitar num contexto de elevada luta de classes. Criam-se, então, as condições necessárias para a configuração do Estado de “mal-estar social” no qual os problemas gerados pela política econômica neoliberal, como a pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho e dos serviços sociais básicos (como, por exemplo, saúde e educação), a concentração da renda etc., são agravados em consequência da redução dos gastos do Estado no trato as questões sociais, gastos estes, cabe salientar, que já eram ínfimos.

Seguindo a “cartilha neoliberal” o que se pretende é a configuração de um “Estado Mínimo” (BOITO, 1999) e/ou “Estado Restrito” (BERNARDO, 2004), que dê lugar à soberania das empresas, “Estado Amplo” (BERNARDO, 2004). Quando o Estado Mínimo, fundamentado no poder das empresas, trabalharia na “formulação e implementação de uma nova modalidade de trato à ‘questão social’, revertendo qualquer ganho histórico dos trabalhadores nos seus direitos de cidadania (MONTAÑO, 2002: 19)”. E, através de políticas como a publicização, diminuiria seus encargos com as demandas de baixa renda para atender e promover prioritariamente os interesses da burguesia.

Trata-se de uma reforma política subordinada às questões econômicas, numa tentativa de adequar e subordinar o país aos ditames das grandes corporações e instituições representantes da classe dominante em termos mundiais, como, por exemplo, o FMI, o BM e a OMC. Trata-se de adequar não só o Brasil mas toda a América Latina aos postulados do Consenso de Washington: proposta de reforma política que colocou por terra os princípios do Estado de bem-estar social, a fim de implantar políticas neoliberais que promovessem uma maior valorização do capital.

Ao fim o que caracteriza de antemão a relação ONG, empresa, e Estado é que as empresas esperam e buscam mais que “marketing social” dessa relação, preconizam mais que trabalho voluntário e ação solidária. Elas procuram implementar, aprofundar e enraizar no quadro político e econômico do país a política neoliberal já em curso desde os anos 1980. Para isso, as empresas contam com forte apoio e esmeradas contribuições do Estado na promoção do desmantelamento do movimento operário através de reformas políticas, econômicas e sociais, que flexibilizam as relações de trabalho, privatizam e terceirizam o processo produtivo desorganizando e neutralizando o impacto da luta do movimento operário e contribuindo para a perda de identificação das classes subalternas com os propósitos do movimento.

Quanto a ONG está não é apenas parceira do setor privado na implantação de projetos sociais, mas também veículo de disseminação da ideologia dominante no âmago da sociedade civil via atividades filantrópicas que fragmentam cada vez mais a sociedade em indivíduos atomizados, que não

possuem clareza acerca dos antagonismos de classe e da luta de classes. A ONG é o braço direito do Estado na promoção da sua reforma política de cunho neoliberal, a ONG é um meio de coersão social travestido de forma de luta emancipatória possuindo, assim, papel e função de extrema importância no tripé de correlação de interesses. Mas, por outro lado, as ONG's podem ser vistas como “uma faca de dois gumes”: há nelas a reprodução da ideologia dominante, mas há também espaço para discutir essa ideologia, espaço de confronto e disputa e é pela preservação desse espaço que se deve zelar e trabalhar a fim de que por meio deste se construa as condições necessárias à superação do sistema capitalista.

É preciso refinar a interpretação dos teóricos do terceiro setor acerca do papel das ONG's na sociedade civil, não basta analisar apenas o lado positivo do seu trabalho desconsiderando de antemão as implicações deste para a própria população de baixa renda e minorias étnicas, raciais ou de gênero nas quais ela atua necessariamente. Talvez o desafio maior que se coloca nos dias de hoje seja o de tornar público a real funcionalidade das ONG's, o seu verdadeiro papel na “sociedade civil do neoliberalismo” e a sua ligação direta com os interesses da burguesia e com o programa de políticas neoliberais, enfatizando aqui o caráter ideológico da política das empresas que devem ser examinadas com acuidade e atenção a fim de se desvendar a sua verdadeira essência. Atividade essa que buscaremos realizar através de uma análise crítica sobre a *Responsabilidade social das empresas: percepção do consumidor brasileiro*, pesquisa dirigida pelo Instituto Ethos e Instituto Akatu, 2004. Além da realização de pesquisa bibliográfica em livros, revistas e internet, que promova o enriquecimento do conhecimento já obtido acerca do universo das ONG's e das empresas e suas implicações para o mundo do trabalho e subjetividade humana. Atentando para o fato de que as referências feitas as ONG's nesta explanação são conclusões preliminares carentes de um estudo mais aprofundado e abrangente.

Bibliografia

ARANTES, P. **Esquerda e direita no espelho das ONGs**. IN: Zero à esquerda (Coleção Baderna). São Paulo: Conrad, 2004.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOITO, Armando JR. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **Neoliberalismo e relações de classe no Brasil**. IN: Idéias, 9 (1). Campinas: IFCH, Unicamp, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política, Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.